

ORÇAMENTO

Senado lança sistema de acesso aos gastos do governo federal. Dados são atualizados todos os dias e permitem a realização de pesquisas com nível de aprofundamento sem precedentes no país

Novo portal amplia fiscalização

SOLANO NASCIMENTO
DA EQUIPE DO CORREIO

O mesmo Brasil que mais de 20 anos depois do fim do regime militar impede cidadãos de obterem dados sobre presos políticos mortos em quartéis coloca à disposição de quem quiser, na internet, informações detalhadas a respeito do uso de recursos do Orçamento da União. Aos sites já existentes para esse fim, veio se juntar na semana passada um novo portal do Senado que, atualizado diariamente, assegura a um morador de qualquer recôncavo do sertão nordestino saber até o número da conta bancária na qual foi depositado o dinheiro gasto pelo governo federal com a compra de uma cisterna. É possível acessar o sistema no site do Senado (www.senado.gov.br).

Com informações aprofundadas em um nível sem precedentes no país para dados públicos na internet, o portal — criado numa parceria da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle (Conorf) com o Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen) — pode ser usado por pesquisadores, mas também fornece informações essenciais para os chamados cidadãos comuns. É por isso que um professor de uma escola de Abadiânia, em Goiás, pode buscar o nome de sua cidade na lista do site, clicar nele e descobrir quanto a União já gastou

ZOOM NO DINHEIRO PÚBLICO
Brasileiros dispõem de uma série de portais que permitem o acesso a informações sobre os gastos do Orçamento da União

ORÇAMENTO BRASIL
É um portal da Câmara dos Deputados (www2.camara.gov.br/internet/orcamentobrasil). Além do Orçamento da União, tem informações sobre orçamentos estaduais e de capitais

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
Site sob responsabilidade da Controladoria-Geral da União (www.portalttransparencia.gov.br). Permite a pesquisa por nomes de empresas, de pessoas físicas, CNPJs e CPFs

PORTAL DO ORÇAMENTO DA UNIÃO
Site do Senado (www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado). Permite acesso a informações dos orçamentos das estatais e ao chamados "orçamentos temáticos"

CONTAS ABERTAS
É um site da sociedade civil homônima (contasabertas.uol.com.br/asp/). Permite o acesso a emendas parlamentares ao Orçamento da União

Anderson Araújo/CB

com educação no município até o dia anterior à pesquisa.

Já um estudante de pós-graduação poderá fazer um cruzamento que mostre o volume de recursos enviados por um ministério para estados governados por determinados partidos, e transformar esse resultado em gráficos e tabelas. "A idéia é que o portal seja flexível, sirva para es-

pecialistas e cidadãos", diz a consultora Rita Santos. O site permite o acesso também a gastos de estatais, aos nomes de entidades e hospitais filantrópicos que recebem dinheiro e aos repasses para organizações não-governamentais (ONGs). É ainda possível buscar dados dos chamados "orçamentos temáticos", que incluem, por exemplo, as informa-

ções sobre tudo o que o governo gasta com políticas voltadas às mulheres.

Anões

A novidade na busca de transparência nas contas públicas tem sua origem em um escândalo. No começo dos anos 1990, descobriu-se que um grupo de parlamentares, ajudados por funcionários do

MAIS OPÇÕES

Além do novo portal criado pelo Senado, dados sobre o uso dos recursos do Orçamento da União também podem ser obtidos em pelo menos outros três sites na internet. O governo federal mantém o Portal da Transparência, sob os cuidados da Controladoria-Geral da União, a Câmara dos Deputados abriga o Orçamento Brasil e a organização não-governamental (ONG) Contas Abertas mantém um sistema de acesso homônimo (veja quadro ao lado). Somente o Portal da Transparência registrou, entre novembro de 2004 e setembro deste ano, 1.200.306 acessos, o que equivale a uma média mensal superior a 35 mil acessos. (SN)

os novos funcionários primeiro montaram uma ferramenta que permitisse reunir informações de diferentes bancos de dados. Era preciso, por exemplo, buscar os números atualizados de gastos da União no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) — disponível para parlamentares e funcionários do governo — e reuni-las aos dados das emendas apresentadas por deputados e senadores ao Orçamento da União. Isso levou o Senado a criar o Siga Brasil. Aos poucos, a consultoria percebeu que o sistema seria de grande utilidade para pessoas de fora do Congresso, e isso gerou a abertura do sistema em 2004.

Agora, o novo portal aprofunda, e muito, as informações. A intenção da Conorf é ampliar o número de acesso de usuários, hoje de cerca de 4,5 mil mensais. Nos próximos meses, os consultores do Senado irão dialogar com grupos específicos de interessados para tentar ver, por exemplo, como podem facilitar aos conselheiros municipais de saúde o acesso a dados específicos da área. Também serão criadas novas bases de informações que incluirão contratos do governo — será possível saber quantos computadores a União compra e quanto paga por cada unidade — e dados do estágio da execução física de obras. "É um portal patriota", define o consultor Fernando Barros.

Congresso, estava desviando dinheiro do Orçamento da União para obras e entidades fantasmas. Na esteira da investigação que revelou o grupo de políticos conhecido como anões do orçamento, por causa da baixa estatura comum à maioria deles, o Senado resolveu profissionalizar a área de consultoria orçamentária.

Concursados e especializados,

PARA SABER MAIS

Processo longo e importante

Existe um Orçamento da União específico para cada ano, mas o processo de sua elaboração e utilização é muito superior a 12 meses. No primeiro semestre deste ano, técnicos do governo já faziam cálculos e projeções para preparar o projeto do orçamento de 2008, que precisou ser enviado ao Congresso Nacional antes do dia 31 de agosto. Agora a proposta está sendo discutida por deputados e senadores, que apresentarão emendas alterando parte das destinações de recursos programadas pelo Executivo. Depois dessa discussão, o projeto será votado e virará a lei orçamentária de 2008.

O orçamento brasileiro é autorizativo, não impositivo. Isso significa que o governo pode fazer o que está previsto na lei orçamentária, mas não é obrigado a fazê-lo. Por

exemplo, se depois da discussão do Congresso o orçamento do próximo ano prever o uso de R\$ 5 milhões na construção de uma estrada no Pará, o governo federal poderá usar só R\$ 500 mil para esse fim ou nenhum centavo. Se quiser utilizar R\$ 5,5 milhões, no entanto, o Executivo precisará enviar um pedido ao Congresso de autorização para aumento dos recursos.

O dinheiro previsto no orçamento de 2008 não será necessariamente usado no próximo ano. Todos aqueles recursos que o governo empregar até 31 de dezembro do ano que vem poderão continuar sendo gastos nos meses seguintes, nos chamados restos a pagar. Por isso, o orçamento que começou a ser elaborado há alguns meses terá reflexos ainda em despesas que só vão ocorrer daqui dois ou três anos. (SN)

Informe Publicitário

NOTA DE REPÚDIO

A Associação dos Oficiais da PMDF, face ao incidente ocorrido no último dia 28 de setembro, entre policiais militares e civis na 4ª DP, no Guarã, vem diante da população do Distrito Federal esclarecer o seguinte:

As Polícias Militares são órgãos do sistema de segurança pública. A elas compete à prevenção, preservação e, se for o caso, a restauração da ordem pública. Aliás, nosso dever constitucional é defendê-la, resguardá-la e conservá-la íntegra e intacta. Para tanto, a polícia de preservação da ordem pública abrange as funções de polícia preventiva e a parte da polícia judiciária denominada repressão imediata, pois é nela que ocorre a restauração da ordem pública.

Portanto, para atingir sua missão constitucional a Polícia Militar utiliza-se de vários recursos como o levantamento de dados estatísticos e o serviço de inteligência. No caso específico que originou a ocorrência policial, a guarnição da Polícia Militar buscava dados a respeito de um homicídio ocorrido próximo a uma escola. O objetivo era obter mais informações para um melhor planejamento do policiamento ostensivo, uma vez que o crime ocorrido poderia estar ligado a outras situações que colocassem em risco os estudantes.

Fica evidente a arbitrariedade da equipe de policiais civis ao constrangerem policiais militares que realizavam um levantamento altamente necessário à atividade de prevenção. A intervenção desses policiais civis foi tão absurda e atabalhoada que não houve prisão em flagrante, ficando somente registrada uma ocorrência em apuração.

Certo é que o compromisso desses policiais civis não é com a segurança da comunidade e sim com os seus projetos políticos de poder, uma vez que os autores da arbitrariedade são membros da diretoria de sindicato que buscam a reeleição.

Os policiais militares, indignados, esperam das autoridades constituídas medidas enérgicas para coibir atos dessa natureza, evitando a ocorrência de derramamento de sangue entre corporações que deveriam atuar em conjunto e irmanadas.

Se você tem dúvidas sobre a TV via internet,
leia o nosso Suplemento Especial.

Saiba mais sobre a novidade que vai revolucionar a maneira de ver televisão: a TV via internet.

Uma tecnologia que vem para trazer mais interatividade, conteúdo personalizado e uma série de outras inovações. Garanta o seu.

Patrocínio: Brasil Telecom

Realização: **CORREIO BRAZILIENSE**
O JORNAL CAPITAL

DM | 20 ANOS